

UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO ASSENTAMENTO GALVÃO CANTANHEDE NO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Jéssica Neves Mendes¹
Igor Breno Barbosa de Sousa²
José Sampaio de Mattos Junior³

Resumo

O presente artigo tem como finalidade analisar as contradições no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Galvão Cantanhede no município de Cantanhede - MA seguindo as concepções das políticas públicas voltadas para a dimensão econômica elaborada pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Vale do Itapecuru, na qual este município participa. Além disso, a pesquisa pretende identificar as modalidades do PAA acessadas pelos assentados do PA Galvão Cantanhede; e também verificar as estratégias utilizadas pelos assentados para acessar o Programa de Aquisição de Alimentos no município. O PAA foi instituído em 2003, e tem como ideia principal garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: PAA, Galvão Cantanhede.

Introdução

Na perspectiva de amenizar as desigualdades históricas que configuravam os diferentes territórios, o governo brasileiro buscou estratégias para um desenvolvimento mais equilibrado, desconcentrar e descentralizar o poder político. De acordo com Silva (2013), motivada pela busca da liberdade civil frente a um Estado autoritário constituído na década de 1964, a década de 1980 foi marcada por mudanças no cenário político, uma delas foi à definição de uma nova atuação do Estado. Com a Constituição Federal de 1988 passou a ser estabelecido um compromisso com a questão regional, cabendo ao Governo Federal estabelecer metas a fim de reduzir as desigualdades regionais, assim foram implantados programas de desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Entretanto, somente na década de 1990, a questão territorial passou a ganhar espaço no debate de políticas públicas. Assim, ainda conforme o autor citado acima a questão do

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, e-mail: jessimendes10@outlook.com

² Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, e-mail: iggor_breno@hotmail.com

³ Professor e Vice Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia, ambos da Universidade Estadual do Maranhão nível mestrado e Professor Adjunto classe III do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão.

desenvolvimento territorial mostra-se cada vez mais importante no planejamento de um governo, principalmente nas discussões sobre estratégias de políticas públicas voltadas para o campo, um exemplo disso, é a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, em 2003 pelo Governo Federal, na perspectiva de integrar os territórios nacionais estimulando o desenvolvimento.

Dentre essas experiências nos diferentes territórios visando novas dinâmicas de desenvolvimento, e gerar novas oportunidades à população dos territórios rurais, foram criados programas como: o PRONAT (Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais), PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável), Territórios da Cidadania, CONSADs (Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), entre outros.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, este programa constitui-se em uma das ações abrigadas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), congregada pelo Programa Fome Zero. O PAA possui como objetivo, “garantir o acesso aos alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 2006).

Para confecção do artigo, foi realizada leitura de referenciais bibliográficos envolvendo autores que promovem discussões acerca da questão agrária no Brasil, discussões a respeito de Território, Políticas Territoriais, Plano Nacional de Reforma Agrária, desenvolvimento territorial, e análise dos referenciais adotados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial para a implantação da política territorial. Além de conhecer os programas instituídos pelo Governo Federal como PTDRS, Território da Cidadania e PRONAT.

Em seguida, foi efetuada a estruturação dos formulários para aplicação de 15 questionários entre os dias 08 e 09 de abril de 2016 junto aos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no assentamento Galvão Cantanhede, além de entrevistas estruturadas com o secretário de agricultura de Cantanhede, Sebastião Brandão, e com as presidentas das associações da Agricultura Familiar e das Quebradeiras de Coco, respectivamente, a primeira representada pela Maria José Pereira Paiva e a segunda pela Castorina Neres Gomes, com a finalidade de coletar informações sobre a composição dos

beneficiários do PAA, e as decisões que envolveram no acesso ao programa no Assentamento Galvão Cantanhede no município de Cantanhede – MA. Posteriormente, foi produzida a sistematização do banco de dados no programa Excel para as análises e interpretações da pesquisa.

Assim, o artigo terá como foco uma análise das contradições no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Assentamento Galvão Cantanhede localizado no município de Cantanhede – MA.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreendermos como se dá o processo de execução dos programas do Governo Federal, é importante se fundamentar em alguns conceitos de território, e assim analisar como este conceito é adotado nas Políticas Públicas do Governo Federal, na área de estudo no assentamento Galvão Cantanhede no município de Cantanhede - MA.

Haesbaert (2007), considera o território como uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza).

Outro autor que realiza uma abordagem sobre território é Milton Santos, o qual para este o território é construído historicamente, a partir da materialidade, definida por objetos junto com um conteúdo técnico e social.

“A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima” (Santos, 1996 *apud* Saquet e Silva, 2008).

Entretanto para Raffestin (1993), este compreende que o espaço é anterior ao território. O território é resultado de uma ação conduzida por um agente sintagmático, sendo que este ao se apropriar de um espaço, “territorializa” o mesmo.

Segundo Queiroz (2011), percebe-se que não é possível estudar o território sem compreender o espaço e seu processo de fragmentação, que criam os territórios. O território abrange relações sócio históricas, assim como para muitos autores relações de poder.

Raynault (2014), enfatiza a multiplicidade das interpretações da palavra território e aponta a ambiguidade da etimologia da palavra, o qual *Territorium* estabelece vínculo espaço/ser humano, através do controle exercido sobre ela por um dado grupo humano.

“Território/*territoire* origina-se na palavra latina *territorium*, ela mesma procedendo da palavra terra, que designa não principalmente a matéria que compõe o solo (à qual se aplica mais precisamente outra palavra, humus), mas o espaço onde moram e vivem os seres humanos” (RAYNAULT, 2014, p. 57).

Costa (2007), realizando uma leitura de Ratzel (1983), o qual este estabelece uma relação entre Estado/território, aponta que o processo de desenvolvimento do Estado, depende da estreita ligação orgânica do povo com o solo, onde a partir daí, compreende-se o Estado como organismo territorial (no território é que se encontra suas fontes de vida, se seu território se reduz, é o começo do fim).

A abordagem sobre território na concepção do Governo Federal busca uma proximidade social, que possa favorecer a cooperação, com diversos atores sociais para a execução dos serviços públicos, organizando assim o mercado interno. Para a SDT/MDA, as políticas territoriais são importantes para o ordenamento territorial, assim como, servem para o processo de complemento para políticas de descentralização.

Diante disso, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial considera território como:

“Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (MDA/SDT, 2005, p. 11).

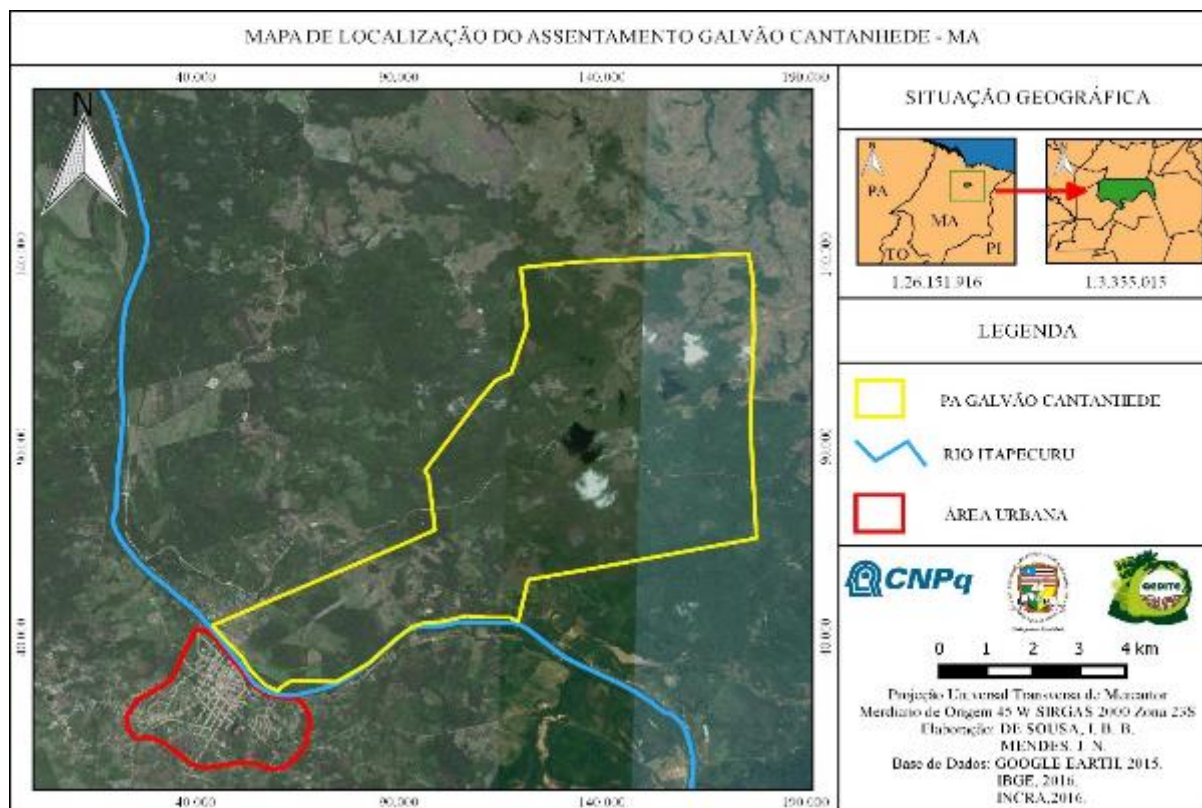
Diante disso, compreende-se que o conceito de território usado pelo MDA, não está diretamente ligado às abordagens usadas por diversos autores na Academia, o qual na Geografia este conceito é mais amplo. “Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania”. (Fernandes, 2008, p. 279).

Dessa forma, para Saquet (2003, p.3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”. Assim, o território é visto como um resultado de múltiplas relações de poder no espaço geográfico.

Caracterização da área de estudo

O município de Cantanhede está localizado na mesorregião Norte Maranhense. De acordo com dados do IBGE, este abrange uma área de 773,010 km². Ainda conforme dados

do IBGE, a população de Cantanhede no ano de 2010, era de 20.448 habitantes, sendo 12.959 de pessoas residindo na zona urbana, e 7.489 de pessoas residindo na zona rural.



Mapa de localização do assentamento Galvão Cantanhede – MA
Autores: SOUSA, I. B. B. de.; MENDES, J.N., 2017.

No município de Cantanhede é predominante a presença de agricultores familiares, bem como, todo o estado do Maranhão. Além disso, uma das características nesta região é a prática da “roça de toco”, exercida pelas práticas da agricultura tradicional, que é a queimação da vegetação do terreno para limpá-lo. Nesse município localiza-se o assentamento Galvão Cantanhede (figura 01), que possui uma área de 5.540,58 ha, com 295 famílias assentadas, criado a partir de uma desapropriação no dia 20 de dezembro de 1993.

O acesso para o assentamento é realizado através da travessia do rio Itapecuru por meio de uma pequena balsa (figura 02), de acordo com o secretário, a prefeitura de Cantanhede está com um projeto de construção de uma ponte para facilitar a locomoção dos moradores do assentamento Galvão Cantanhede. A travessia do rio por meio da balsa é realizada por dois funcionários da prefeitura, sendo o horário limite para término do funcionamento da balsa a partir das 23:00hrs.



Figura 01: Assentamento Galvão Cantanhede
Fonte: SOUSA, I. B. B. de, 2016.



Figura 02: Travessia do rio Itapecuru para ida ao assentamento Galvão Cantanhede.
Fonte: MENDES, J. N., 2016.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para doação, merenda escolar ou formação de estoques.

O objetivo central do programa é o fortalecimento tanto da agricultura familiar, comercialização e produção para autoconsumo da população em estado de insegurança alimentar e de fome no município. Dentre os beneficiários fornecedores estão: os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, quanto aos beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricionais e aqueles atendidos pela rede socioassistencial.

“Embora tenha sido criado como um programa prioritário de governo, no bojo das ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA não adquiriu status de programa orçamentário na linguagem do Plano Plurianual de Governo (2004-2007), mantendo-se, até o momento, como uma singular “ação” orçamentária, dentre as dezenas existentes sob a rubrica “abastecimento alimentar” (DELGADO, 2005, p. 8).

Além disso, a criação do PAA foi também fruto das mobilizações sociais e das demandas por maior acesso dos produtores familiares às ações públicas de garantia de preço e renda e ampliação do mercado de seus produtos (CAMARGO, 2013).

Segundo o autor citado acima, até a criação do PAA, a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), existente desde a década de 1940, não conseguia contemplar as necessidades da agricultura familiar. Outros programas de política agrícola, como as linhas vigentes de Crédito Rural, eram pouco adequados às condições da agricultura familiar.

O PAA apresenta um caráter interministerial, com suas regras formadas pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Ministério da Fazenda e Ministério da Educação (MEC). Os recursos advêm do MDA, do MDS e do MAPA por intermédio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com complementação pelos estados e municípios.

Os preços dos produtos adquiridos pela CONAB são definidos em relação à média dos preços praticados nos mercados regionais. O limite de aquisições é definido por decreto, estabelecendo-se anualmente um valor máximo por família. São quatro as modalidades operacionais do programa: i) compra direta da agricultura familiar; ii) formação de estoques pela agricultura familiar; iii) compra direta para doação simultânea; e iv) incentivo à produção e ao consumo do leite (SILVA, 2013).

Os alimentos que são adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais, atendidas pelas redes socioassistenciais e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

“Apesar da evolução dos recursos do PAA ao longo dos anos, os movimentos sociais do campo, que inclusive participam das reuniões do Consea, reclamam que os recursos ainda são insuficientes para atender toda a demanda da agricultura familiar de modo a propiciar novas dinâmicas econômicas territoriais e a garantia da soberania alimentar nos territórios. A falta de uma estrutura mais adequada da CONAB para a operacionalização do programa nos estados é outro ponto que se questiona” (SILVA, 2013. p. 53).

Desse modo, em 2008 surgiu um novo reforço na constituição de mercados institucionais para a segurança alimentar, o qual a modalidade de aquisição de alimentos para atendimento da alimentação escolar foi incorporada ao PAA por meio da Resolução do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA)/SESAN/MDS em agosto de 2008.

Esta modalidade permite promover a produção de agricultores familiares e a demanda das escolas para atendimento da alimentação escolar. A resolução prevê que o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) definirá a sistemática e os procedimentos operacionais em relação aos produtos adquiridos, estabelecendo uma porcentagem mínima de 30% do valor a ser gasto com alimentação escolar para a aquisição de produtos da agricultura familiar local. Além de novos recursos para a comercialização institucional de seus produtos, outra vantagem para os agricultores familiares com esta nova conquista é que a demanda por alimentação escolar é constante, diferentemente do que ocorre no PAA, que apresenta descontinuidades por causa do fluxo de recursos e articulações políticas (SILVA, 2013).

A Conab exercesse funções de financiador agrícola e comercial, na condição de regulador de fomento. Tal possibilidade, agora vinculada a uma estratégia de fomento à agricultura familiar organizada, sob o formato de cooperativas ou associações de assentados da reforma agrária, e/ou associações de pequenos produtores independentes, foi perseguida

desde o nascedouro com a criação de instrumentos de crédito produtivo e comercial específicos para o “setor” familiar (contratos de compra antecipada, garantia de compra, compra direta etc.), criados e geridos pela Conab (DELGADO, 2005).

Assim, os beneficiários fornecedores podem participar do programa individualmente (desde que apresente a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP) ou por meio de suas cooperativas ou outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado, também apresentando o a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) Especial Pessoa Jurídica ou outros documentos definidos pelo GPAA.

Com a Lei nº 12.512/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.775/2012, o qual promove a parceria com estados, municípios e consórcios públicos abriu-se a possibilidade de execução do PAA mediante a celebração de Termo de Adesão, dessa forma proporciona a ampliação do programa, tem menos burocracia, além de possibilitar a realização do pagamento pela União, por intermédio do MDS, diretamente ao agricultor familiar, que o recebe por meio de um cartão bancário específico para o recebimento dos recursos do PAA.

Em seguida, é realizada a solicitação de senha para acessar ao SISPA (Sistema de Informação do Programa de Aquisição de Alimentos), assinatura de Termo Adesão, pactuação de valores e metas entre os entes (estados, municípios e consórcios públicos) e o MDS, publicação de portaria ministerial propondo valores e metas físicas, aceite por parte dos entes do Plano Operacional, pactuação local, cadastramento da Proposta no SISPA, aquisição e distribuição de alimentos, pagamento de Fornecedores e Apoio Financeiro aos Executores.

MODALIDADES DO PAA

A **Doação Simultânea** tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar. Esta modalidade incentiva que a produção local da agricultura familiar atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos) e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, da rede pública e filantrópica de ensino.

A **Compra Direta** tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação.

Já o **Apoio à Formação de Estoques** tem como finalidade apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

O **PAA Leite** tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares.

A modalidade **Aquisição de Sementes** é definida pela compra de sementes para a alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores.

E por último, a mais recente, instituída pelo Decreto nº 7.775/2012, é a modalidade **Compra Institucional**, o qual, sua finalidade é garantir que estados e municípios, além de órgãos federais também possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Poderão ser abastecidos hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Cada modalidade apresenta um limite monetário anual por DAP, podendo o produtor familiar acessar mais de uma modalidade por ano. No caso da Compra Institucional cada produtor pode vender até R\$ 8.000,00 por ano para instituições que fornecem alimentação regularmente. No caso da modalidade Compra com Doação Simultânea, o limite por produtor é de R\$ 5.5.000,00 por ano.

| MODALIDADE | LIMITE (unidade familiar/ano) | LIMITE (organização) |
|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------|
| Doação Simultânea | R\$ 8.000,00 | R\$ 2.000.000,00 |
| Compra Direta | R\$ 8.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| Apoio à Formação de Estoques | R\$ 8.000,00 | R\$ 1.500.000,00 |
| PAA Leite | R\$ 4.000,00 por semestre | R\$ 8.000,00 |

| | | |
|------------------------------|---------------|------------------|
| Aquisição de Sementes | R\$ 16.000,00 | R\$ 6.000.000,00 |
| Compra Institucional | R\$ 20.000,00 | R\$ 6.000,00 |

Tabela 1: Dinâmica dos limites entre as modalidades

Org. MENDES, J. N.

Fonte: O Fortalecimento da Agricultura Familiar: programa Fome Zero. Disponível em:
 <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>

De acordo com Müller (2007), houve um descompasso, quanto ao volume de recursos aplicados, que veio sofrendo sucessivas quedas desde 2003. Além disso, a gestão do programa, formulada para ser realizada de forma interministerial, tem permitido à existência de lacunas nas suas decisões, uma vez que, o Grupo Gestor na prática apenas define preços, deixando as decisões de real caráter institucional sem tomada de decisão.

No Maranhão segundo a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), no ano de 2015, tem-se um total de 82 municípios contemplados com o PAA, e 42 municípios em processo de adesão no programa.

Acesso do PAA no assentamento Galvão Cantanhede

O trabalho de campo realizado no assentamento Galvão Cantanhede constituiu-se mediante à entrevistas realizadas com Sebastião Brandão, representando a secretaria de agricultura do município de Cantanhede, além do encontro com Maria José Pereira Paiva representando a Associação da Agricultura Familiar de Cantanhede, e com a presidenta da Associação das Quebradeiras de Coco de Cantanhede, Castorina Neres Gomes. Assim, a partir da entrevista com os mesmos, constatou-se que tem-se no município 40 famílias atendidas na proposta de acesso do PAA de 2016. Dentre os assentamentos que estão recebendo o PAA no município de Cantanhede estão os assentamentos Galvão Cantanhede e São Leopoldo.

Segundo a SAF (2015), a situação do município no ano de 2015, apresentava-se como elaborando proposta como citado acima no projeto de adesão do ano atual. Ainda de acordo com a SAF (2015), tem-se 50 agricultores envolvidos com o programa, sendo R\$ 219.719,99 o valor do recurso a ser comercializado no ano de 2013.

De acordo com os entrevistados, dentre as associações envolvidas com o PAA são as das Quebradeiras de Coco e dos Agricultores Familiares. Assim, conforme o quantitativo de 15 beneficiários que participaram da aplicação dos questionários, os quais estão diretamente

ligados ao Programa de Aquisição de Alimentos pelo assentamento Galvão Cantanhede, todos estes possuem como atividade principal a agricultura, sendo ligados às cooperativas e/ou associações, como apresentado no gráfico abaixo:

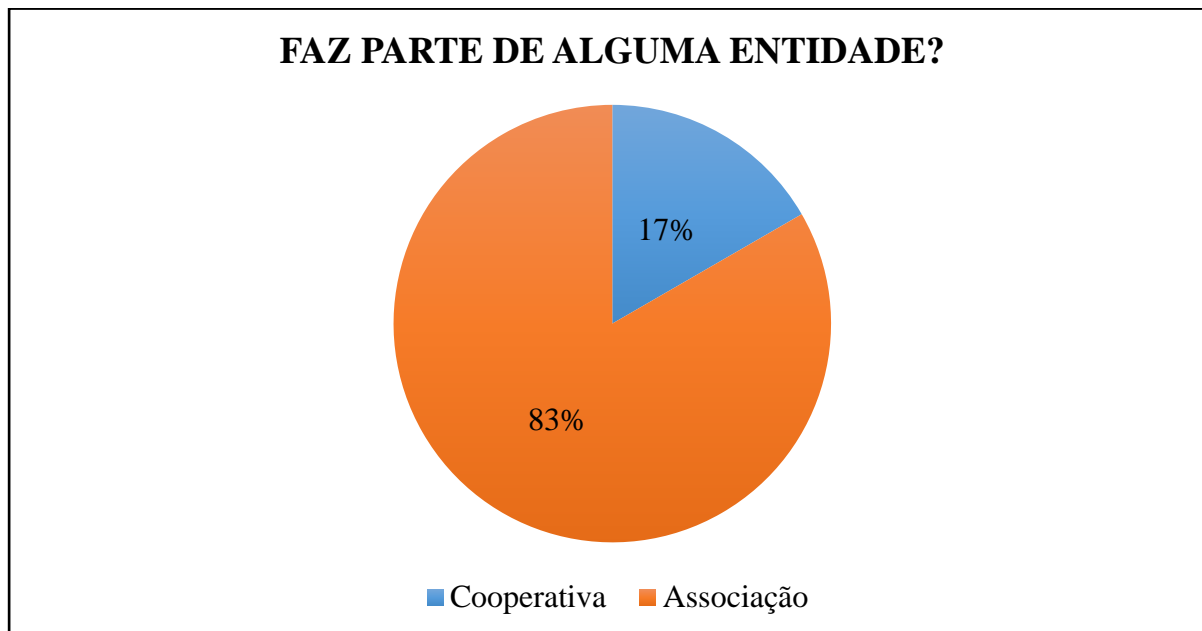


Gráfico 1: Identificação das entidades
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016.

De acordo com os entrevistados, o primeiro ano de adesão do PAA foi a partir de 2014, com a proposta de 2013. Assim, no questionário com os assentados (gráfico 2), 43% dos beneficiários apontaram que já acessaram o PAA, isso ocorre devido à proposta de 2015 que já foi efetivada, 57% apontaram que está acessando o PAA, pois alguns beneficiários da proposta anterior renovaram o contrato para a proposta de acesso do programa em 2016.

Ainda nessa perspectiva, foi questionado sobre as modalidades do PAA (gráfico 3) acessadas pelos agricultores do assentamento, sendo a doação simultânea a mais acessada com 50%, que consiste no incentivo para a produção local da agricultura familiar, com a finalidade de atender às necessidades alimentar das entidades participantes. A segunda mais acessada é a compra local com 33%.

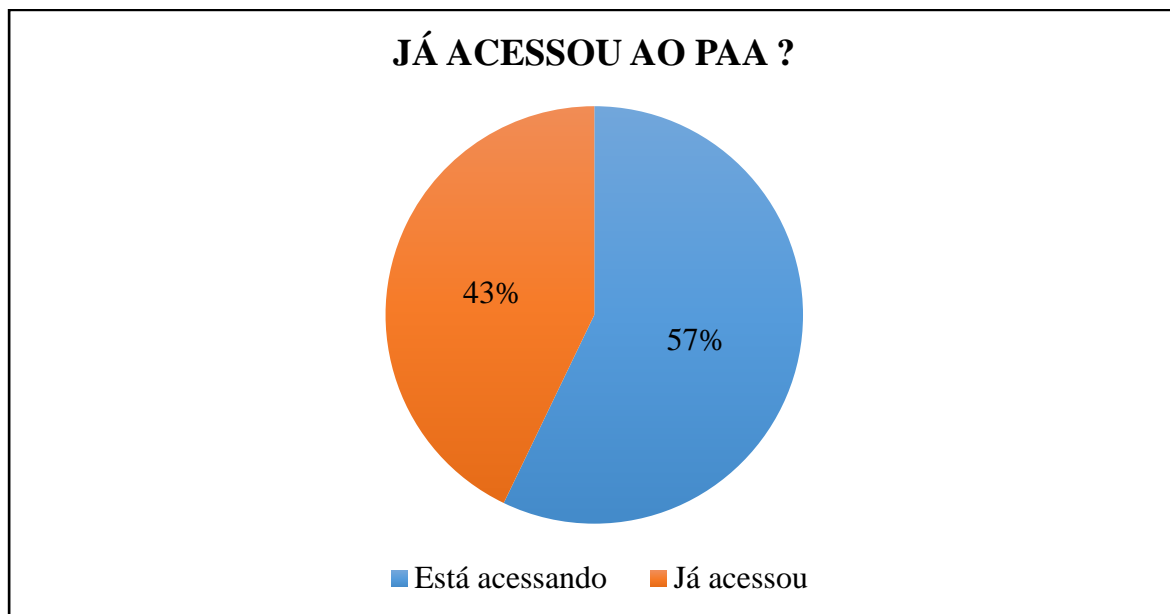


Gráfico 2: Acesso do PAA
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016.

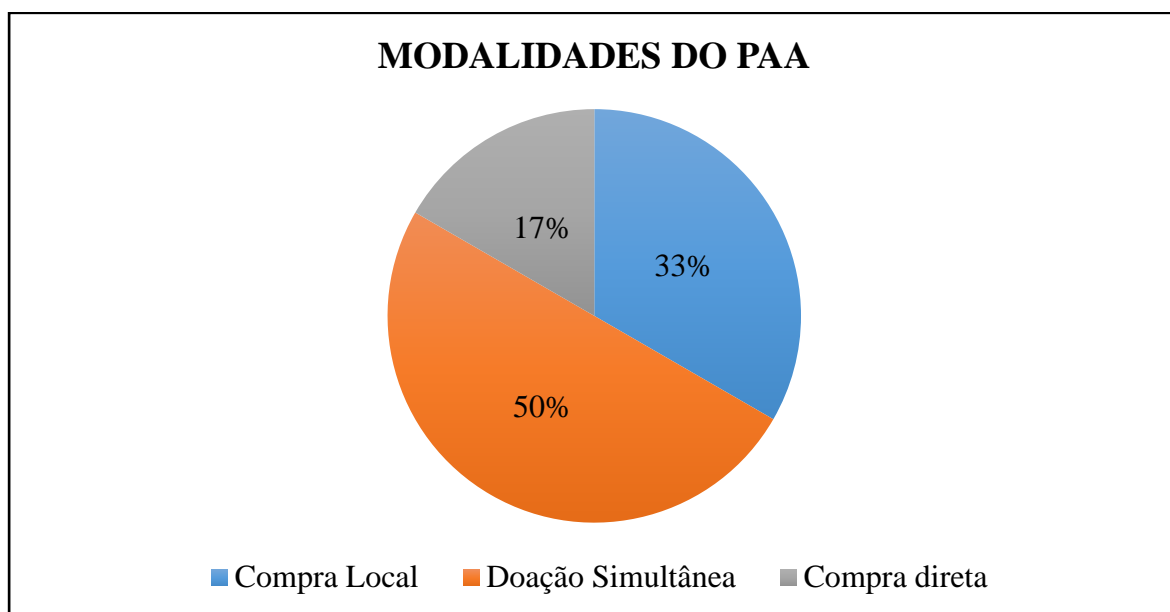


Gráfico 3: Modalidades do PAA
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016

Os principais produtos cultivados pelos agricultores do assentamento Galvão Cantanhede são: mandioca, milho, arroz, feijão, alface, vinagreira, melancia, abobora, maxixe, melão, banana, mamão, quiabo, coco babaçu, farinha de mandioca, pepino, bolo caseiro, batata doce, limão, laranja, couve, cebolinha, poupa de frutas, pimenta, além da venda de carne bovina, suína, frango e peixe. Assim, o principal destino dos produtos são as escolas municipais, como apontaram os assentados.

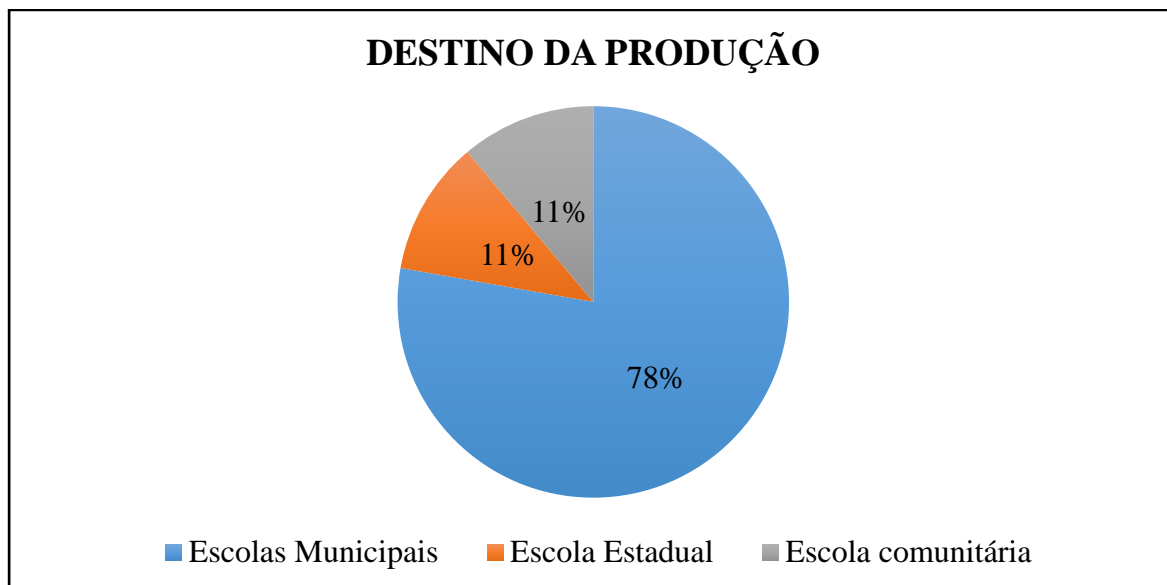


Gráfico 4: Destino da produção
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016

Além disso, na entrevista com o secretário de agricultura de Cantanhede, este apontou que os principais problemas de infraestrutura nos assentamentos para o escoamento dos produtos do PAA, é a questão do transporte, o qual, antigamente a estrada para o acesso do assentamento era muito precária, atualmente houve uma pequena melhoria na mesma.

Segundo os entrevistados, os principais entraves para a adesão do PAA no assentamento foram à falta de apoio à produção, falta de adubos e mercado, muitas das vezes as famílias não tinham o produto adequado, atraso no pagamento, falta de mercado, seca, desmatamento. Entretanto, no questionário com os assentados, 38% apontaram que não houve problemas com o acesso do PAA, entretanto, 7% apontaram que há problemas como acesso ao banco e a falta de informação, conforme gráfico 5.

No questionamento sobre a opinião dos assentados do Galvão Cantanhede em relação ao PAA, mais da metade apontaram que o PAA foi bom como mostra o gráfico 6, principalmente em relação a melhoria na renda dos agricultores após o acesso do programa, como apontado no gráfico 7.

QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS PARA O ACESSO DO PAA ?

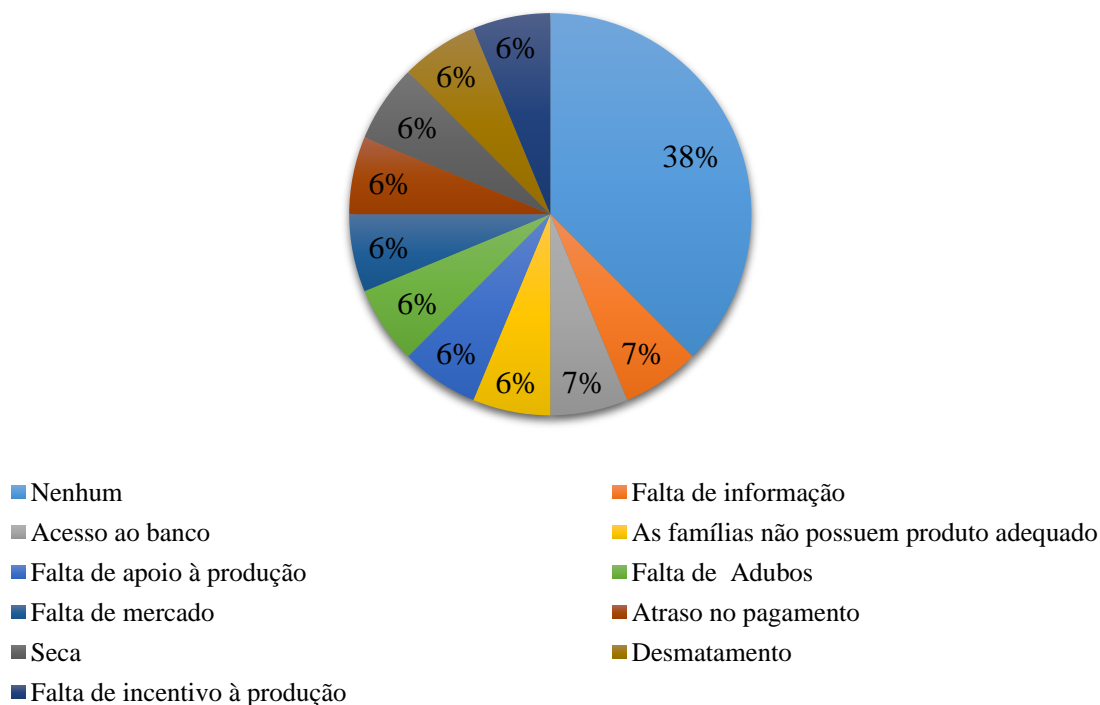


Gráfico 5: Problemas para o acesso do PAA
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016

OPINIÃO SOBRE O PAA

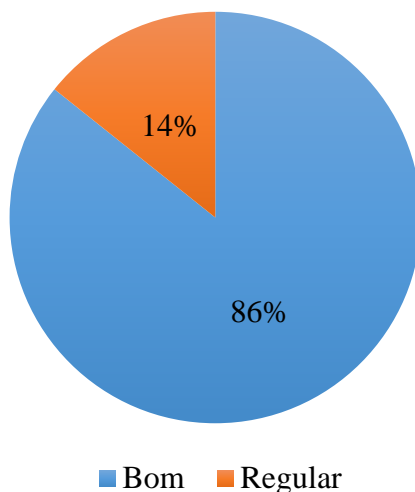


Gráfico 6: Opinião sobre o PAA
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016

A SUA RENDA MELHOROU AO ACESSAR O PAA ?

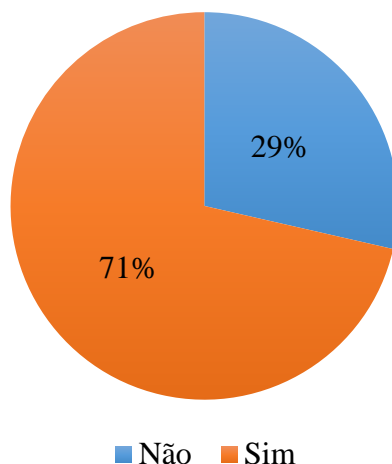


Gráfico 6: Melhoria de renda após o PAA
 Fonte: Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais, 2016.
 Org. MENDES, J. N, 2016

Dessa forma, no questionamento sobre a melhoria da renda dos assentados após o PAA, como demonstrado no gráfico acima, mais da metade dos beneficiários apontaram que houve melhoria em relação à renda familiar. Além disso, os assentados mencionaram que com o programa houve aumento em relação no quantitativo e variedade dos produtos tanto na propriedade, quanto na comercialização.

Considerações Finais

A abordagem sobre território está presente desde muitos anos no governo brasileiro. Na perspectiva de um planejamento de políticas públicas por todo o país, para ampliar o desenvolvimento em diversas regiões, diminuindo as disparidades entre estas, foram criados programas, uma dessas experiências é o Programa de Aquisição de Alimentos que se configura como uma estratégia política a ser analisada, uma vez que, as novidades que este traz para o campo das políticas públicas são importantes, e permite possibilidades para novos trabalhos, contribuindo no sentido de um melhor entendimento nas ações e dinâmicas do Estado.

O PAA de fato trouxe avanços no fortalecimento da agricultura familiar no assentamento como apontado nos questionários, com melhorias na renda, assim como, na produção dos alimentos para o consumo tanto dos beneficiários quanto dos fornecedores.

Assim, programas como esse são de grande importância, pois permite aproximação entre sociedade e gestores público, uma vez que valoriza o papel que a agricultura familiar exerce no desenvolvimento socioeconômico do país, incorporando estes setores na economia.

Diante disso, houve um considerável envolvimento por parte da secretaria de agricultura do município para o acesso do programa. Entretanto, o número de agricultores que são contemplados pelo PAA no assentamento Galvão Cantanhede é baixo para um programa que demanda uma grande quantidade de recurso, pois o assentamento possui 295 famílias assentadas e somente 16 agricultores acessam o programa. Assim, os entraves para adesão do programa persistem, uma vez que muitos assentados ao responder os questionários apontaram que não possuem conhecimento do programa, evidenciando a falta de informação e divulgação do PAA.

Referências

BACELAR, Tânia. Palestra magna: Política Pública, Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. In: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores); Tania Bacelar... [et.al] (autores) - Brasília: IICA, 2008. (Serie Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa de Aquisição de Alimentos*. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em: 30 dez 2015.

DELGADO, Guilherme *et al.* Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão n. 1145).

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J.G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. *Temas de Administração Pública* (UNESP. Araraquara), v. 8, p. 01, 2013.

Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf> Acesso em: 29 dez 2015.

Companhia Nacional de Abastecimento. O Fortalecimento da Agricultura Familiar: programa Fome Zero. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>> Acesso em: 29 dez 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. A Geografia Política Clássica. In: **Geografia e Geopolítica: discurso sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 2008. cap 2, p. 29-53.

ECHEVERRI, Rafael. Articulação de políticas e participação social. In: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores); Tania Bacelar... [et.al] (autores) - Brasília: IICA, 2008. (Serie Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Revista NERA, n. 6, 2005.

GERALDI, Juliano. Análise Conceitual da Política de Territórios Rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2012.

HAESBAERT, Rogério. LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. etc, espaço, tempo e crítica. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. 15 de Agosto de 2007, n° 2 (4), vol. 1.

LEITE, S. P.; DELGADO. N. G.; BONNAL, P.; KATO, Krina. In: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais. Carlos Miranda e Breno Tiburcio (organizadores); Tania Bacelar... [et.al] (autores) - Brasília: IICA, 2008. (Serie Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.).

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF). **Situação dos Municípios do Maranhão no PAA – Jul/2015**. São Luís, MA, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para o planejamento (Documento de apoio n° 02). Brasília: MDA/SDT, 2005.

MÜLLER, Ana Luiza. A construção das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre, 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>> Acesso em: 16 nov 2015.

QUEIROZ, Paulo Valdenor Silva de. Os territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário. Revista Geografia & Ensino, v. 12, 2011. Pg. 117-128

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAYNAUT, Claude. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife: Editora UFPE, 2014. 437p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território. Revista Geo UERJ, n.18, 2008. P. 24-42. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em 20 mar 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Avanços e Limites na Implementação de Políticas Públicas Nacionais sob a Abordagem Territorial no Brasil. In: Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. In: Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife: Editora UFPE, 2014. 437p.